

NOTA DE PESQUISADORES, PROFESSORES E ESPECIALISTAS: SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS E CONTRA AS ESCOLAS, TEMA ATUAL E EMERGENTE

O tema da violência nas escolas e contra as escolas não é novo. Há mais de três décadas, várias pesquisas mostram que as precárias condições de trabalho, os baixos salários dos trabalhadores do setor, o pouco investimento no aprimoramento dos quadros da Educação, aliadas às péssimas condições de infraestrutura e de recursos dos prédios escolares, aos poucos investimentos em dispositivos e tecnologias inovadoras dão um recado claro à sociedade: a Educação precisa ser, de fato, tratada como prioridade. E isso não tem sido uma realidade. A esse quadro chamamos de violência estrutural. Na definição da Unesco, a violência escolar pode ser definida como “toda ação ou omissão que cause ou vise causar dano à escola, a comunidade escolar ou a algum de seus membros” (UNESCO, 2019). Vale lembrar que violência estrutural é fruto de modelos políticos, econômicos e de gestão, e afeta cada ação, cada fazer de toda a comunidade escolar e produz muitos efeitos negativos.

Além disso, as escolas públicas ainda se veem diretamente atacadas por outras violências que são cotidianas nos seus territórios e estão associadas a uma política de segurança baseada no modelo extensivo de gestão militarizada, orientado à contenção dos territórios periféricos e favelizados, em flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais. Incursões policiais que não levam em conta a segurança e o respeito aos moradores e disputas no comércio ilegal de armas e drogas fazem que, conforme o momento, o sentimento de insegurança seja aumentado ou banalizado nesses territórios. Na realidade, tiroteios e mortes não são um fato excepcional no dia a dia de muitas comunidades pobres, impondo uma cidadania precarizada para muitos alunos, familiares e trabalhadores das escolas. Estamos falando de violências letais, que envolvem milhares de mortes por ano de adolescentes e jovens.

Todavia, hoje, nossos olhares se voltam para mais um tipo de violência letal contra a comunidade escolar. Falamos dos ataques planejados e armados contra as escolas. O primeiro deles aconteceu em 2002 em Salvador. Segundo levantamento feito pela Universidade de Campinas, de lá para cá, nesses 21 anos, aconteceram 22 ataques, sendo que a maioria ocorreu entre 2021 e 2022, coincidindo com o período político da ascensão dos grupos de extrema direita no país.

Esses ataques foram responsáveis por 30 mortes, sendo 23 estudantes, cinco professores e dois funcionários das escolas. Os autores desses ataques têm características que mostram certa consistência, embora precisemos de mais estudos para conhecer o fenômeno. São meninos/jovens, com poucas relações de amizade, aficionados por armas e conteúdos violentos e a maioria deles é usuária de culturas extremistas que valorizam e reforçam a misoginia, homofobia, racismo e xenofobia. Pelo conteúdo que postam nas redes sociais, são nutridos e guiados por discursos de ódio, em grupos na internet que agregam meninos, jovens e adultos com perfil semelhante. Outro dado importante: conseguiram as armas usadas nos ataques em suas próprias casas. Da ideia inicial de “vingança” contra a escola que teria sido espaço de vivências ruins, como a de bullying, toma lugar uma busca identitária de fazer uma assinatura em sangue, de ficar conhecido pelas ações violentas.

Apesar de serem poucas ocorrências em termos estatísticos, os ataques armados assinalam um conjunto de motivações que se repetem e que precisam ser enfrentadas, interrompendo uma tendência de replicabilidade do fenômeno. O que fazer então?

Vários estudos científicos em países em que essas situações ocorrem com maior frequência já dão as evidências de que algumas iniciativas não ajudam, não resolvem e podem até piorar o cotidiano escolar. Segurança policial nas escolas, detector de metais, câmeras de vigilância não aumentam a segurança, podem até funcionar como um desafio a ser vencido pelos agressores, podem acirrar discriminação racial, proporcionam clima de desconfiança e militarização do espaço escolar. Não queremos dizer que as escolas não precisem estar seguras e ter apoio dos órgãos de segurança pública, mas essa não é a via de solução. Da mesma maneira que contratar um conjunto de psicólogos para atender “alunos problemáticos” tentando monitorar e evitar comportamentos violentos também se mostra uma estratégia equivocada. Isso é inteiramente diferente de pensar ações concretas de saúde mental, vinculadas à saúde escolar e ao SUS, a partir de ações integradas com o conjunto de trabalhadores das escolas, além de reforçar as equipes de profissionais das unidades escolares.

O que tem se mostrado capaz de fazer a diferença? Ações consistentes de controle de posse e circulação de armas. Ações objetivas de promoção de uma cultura de paz. Há inúmeras iniciativas já realizadas e avaliadas nesse sentido que realmente fazem a diferença no cotidiano escolar, incluindo o enfrentamento ao bullying, a mediação de conflitos, ações de promoção de cuidado, entre tantas. Atividades de cultura, lazer e valorização de adolescentes e jovens. Uma educação antirracista, anti-homofóbica, antimachista, anticapacitista, em suma, uma educação e um convívio escolar baseados no respeito à diversidade.

Em termos imediatos, a criação de setores de inteligência policial para investigar e combater perfis e grupos de feições neonazistas, propagadores de cultura de ódio e violência ao diferente, papel que a Polícia Civil tem expertise e potencial de realizar. Responsabilização das plataformas que abrigam tais grupos também é crucial. Divulgação e consolidação de canais de denúncias locais, articulados ao canal nacional já existente. Criação de planos de ação para as escolas diante de situações de emergência em comunicação aos equipamentos policiais.

Vale ressaltar que antes de criar um programa de ação é preciso conhecer as iniciativas já existentes, ter conhecimentos dos Guias e Cartilhas já elaborados por governos federal e estaduais e garantir uma gestão integrada entre a área de Educação e as demais políticas públicas de proteção social. A escola brasileira tem estado sob ataque em diversos níveis de precarização, sucateamento e desvalorização. Pesquisadores, professores e especialistas signatários desta nota se somam aos demais esforços regionais e nacionais de defesa da escola, do ensino de qualidade e de proteção dos alunos e trabalhadores contra todas as formas de violência que têm se expressado nas unidades escolares.

Assinam esta nota:

Adriana Teixeira Reis, COREN-RJ
Alzira Maria Baptista Lewgoy, Serviço Social/UFRGS
Ana Beatriz de Mota e Souza
Ana Lole, Serviço Social, PUC

Ana Karina Brenner, Faculdade de Educação da UERJ
Ana Maria de Almeida Santiago, FFP-UERJ
Andréia Clapp Salvador, Serviço Social, PUC-RJ
Andréia Martins de Oliveira Santo, Redes da Maré
Ângela Magalhães Vasconcelos, Serviço Social, UFF
Antonio Carlos de Oliveira - Departamento de Serviço Social da PUC-Rio
Ariane Rego de Paiva - Departamento de Serviço Social, PUC-Rio
Beatriz Akemi Takeiti, UFRJ
Bruna Vanessa Schneider Gastmann, Creas Hervaldoeste/ SC
Bruno Deusdará, Professor da UERJ
Camila Waterkemper, Cientista Social - Professora de Sociologia do Ensino Médio da
EEB Getúlio Vargas, Fpolis/SC
Carlos Alberto de Mattos Ferreira, Corpo Freudiano, ABENEPI e ABP
Clarice Bieler, CAPSI CARIM IPUB UFRJ
Claudia de Souza Lopes, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro / UERJ
Claudia Leite de Moraes, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, UERJ
Cláudia Maria Monteiro de Freitas, Seeduc RJ
Cláudia Mônica dos Santos, Serviço Social, UFJF
Claudia Rodrigues de Souza, Secretaria de Estado da Administração de SC
Cynthia Santos Ferrarez, UEMG - Unidade Carangola
Daniella Nakad M. Souza, TJRJ
Ebe Campinha dos Santos - Escola de Serviço Social/ UFF
Eblin Farage, UFF
Edson Saggese, Instituto de Psiquiatria IPUB /UFRJ
Edinilsa Ramos de Souza, Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge
Careli/ENSP/FIOCRUZ
Eduardo Faerstein, IMS-UERJ
Elaine Noly Barrocas
Elmir de Almeida, USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Elizabeth Souza de Oliveira, SMAS/RJ
Emanuele Souza Marques, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, UERJ
Fabiana Schmidt, Serviço Social/UFRRJ
Fábio do Nascimento Simas- NUDISS/Escola de Serviço Social/UFF
Fernanda Vieira da Rocha Silveira, UERJ
Fernando Damasco, Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE
Gisele Ribeiro Martins- Redes da Maré
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo, FAU/UFRJ
Gulnar Azevedo e Silva, Instituto de Medicina Social - UERJ
Heloisa Bezerra, UNIRIO
Ines Barbosa de Oliveira, Faculdade de Educação da UERJ (aposentada).
Inez Stampa, Departamento de Serviço Social - PUC-Rio
Isabel Pessoa Pereira da Cunha, Psicanalista
Ivone Evangelista Cabral, UERJ
Ivone Najhar Raphael
Jairo Nicolau, FGV
Jane Paiva. Faculdade de Educação da UERJ
Joana Garcia - Escola de Serviço Social, UFRJ
Joviana Avanci, FIOCRUZ
Julia Ventura. Doutora em Ciências Sociais e Consultora na Área da Exclusão Escolar.
Juliana Silva Pimenta - psiquiatra infantil-CAPSi Carim/ IPUB / UFRJ
Jussara Francisca de Assis dos Santos, ESS/UFF
Kathie Njaine, Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge
Careli/ENSP/FIOCRUZ

Lucia Rabello de Castro, Instituto de Psicologia, UFRJ
Luciana Freitas, Educação, UFF
Luciene Medeiros, PUC-Rio
Lucrécia Helena Loureiro, UniFOA
Luiz Eduardo Soares, Antropólogo e escritor
Luiz Sérgio de Souza Vonçalves, CRP RJ
Magda Rosana Garbi Barcaro
Maria Helena Rodrigues Navas Zamora, PUC-Rio, Cedeca, Rede Raave
Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira, UFF
Maria Regina Araujo Reicherte Pimentel, Enfermagem/UERJ
Mariana Setúbal Nassar -Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente
Fernandes Figueira/ FIOCRUZ
Mariane N. Oselame, IPUB- UFRJ
Márvia Regina Botão Gomes, PUC-RJ
Miriam Krenzinger- Escola de Serviço Social/ UFRJ
Miriam Schenker, CLAVES /ENSP /FIOCRUZ
Monica Alegre L. Pinho- Adolescento Paulo Freire SMS-RJ/ Escola de Medicina Souza
Marques
Monica Dias Peregrino Ferreira. Escola de Educação, UNIRIO
Monica Waldhelm, CEFET -RJ
Naura dos Santos Americano- SOMEK-RJ
Neiva Teresinha Borges Petersohn, FIOCRUZ
Nelson Marriel, CLAVES/FIOCRUZ
Nilda Guimarães Alves. Professora emérita da Faculdade de Educação da UERJ
Nilza Rogeria de Andrade Nunes, PUC-RJ
Nívia Valença Barros- Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social - UFF
Núbia de Fátima Camilo Granado Gonçalves de Azevedo, ENSP FIOCRUZ
Pedro Pereira, Pós doc ESS/UFRJ, Obs Conselhos, CEDECA-RJ
Priscila Keiko Cossual Sakurada, ESS/UFF
Priscila Previde da Rosa, CRESS/SC
Renata Fernandes Cunha Velloso, TJRJ
Ricardo Nogueira Krause, Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil e
Profissões Afins, ABENEPI
Rita de Cássia Oliveira Lopes de Souza
Rita Thompson, Instituto SUAV, Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria
ABENEPI, Associação Brasileira de Psicomotricidade
Roberta Barcellos Danemberg, OAB/RJ
Rodrigo Lima - Escola de Serviço Social / UFF
Rogério Fernandes da Silva de Assunção, Clínica Terapêutica Redenção
Rosana Morgado- Escola de Serviço Social/UFRJ
Roselaine Frigeri, Professora, advogada e vereadora Caxias do Sul
Sabrina Dal Ongaro Savegnago, Instituto de Psicologia, UERJ
Sérgio Henrique Teixeira- Assessoria Técnica Acterj
Simone Gonçalves de Assis, FIOCRUZ
Simone Ouvinha Peres
Suely Ferreira Deslandes. Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente
Fernandes Figueira, FIOCRUZ.
Tatiana Maria Araújo da Fonseca - Ministério da Saúde/INTO-RJ
Valéria Pereira Bastos, PUC-RJ
Vanessa Saraiva, ESS/UFRJ
Vera Cristina Pereira de Souza, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do
Adolescente - CEDECA RJ

